

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 02ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 5010723- 35.2020.8.13.0525. EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS. EXECUTADO: REIS DISTRIBUIDORA LTDA. O leilão eletrônico será realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

01º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 11/05/2026 a partir das 14:00 horas. Se não for arrematado no período do 01ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 02ª leilão.

02º LEILÃO: no dia 28/05/2026 às 14:00 horas inicia o fechamento do 02º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.

LANÇAMENTO MÍNIMO: No 01º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da avaliação, e no 02º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz. Se não houver valor estipulado pelo Juiz, o mínimo será equivalente à 60% da avaliação do bem nos termos do CPC, art. 891.

DESCRIÇÃO DO BEM 01: Veículo de marca FIAT - modelo SIENA ESSENCE 1.6 - placa PXZ-4539 - RENAVAM 01090827293 - CHASSI 9BD19716TG3291648 ; ano fabricação / modelo 2016/2016 ; cor BRANCA

AValiação DO BEM 01: R\$18.000,00 (dezoito mil reais)

LOCALIZAÇÃO DO BEM 01: Rua Dom Lafayette Líbano, nº 55, Centro, Pouso Alegre / Minas Gerais, CEP 37550-000

DESCRIÇÃO DO BEM 02: Veículo de marca GM - modelo CLASSIC LIFE - placa HHF-6694 - RENAVAM 00973751240 - CHASSI 9BGSA19908B310205 ; ano fabricação / modelo 2008/2008 ; cor PRATA

AValiação DO BEM 02: R\$9.000,00 (nove mil reais)

LOCALIZAÇÃO DO BEM 02: Rua Dom Lafayette Líbano, nº 55, Centro, Pouso Alegre / Minas Gerais, CEP 37550-000

ÔNUS DO BEM 01: Conforme levantamento realizado junto ao Detran este veículo possui restrição judicial de transferência; alienação fiduciária para o agente NAC VOLKSWAGEN A; veículo possui débito de IPVA, multa e licenciamento.

ÔNUS DO BEM 02: Conforme levantamento realizado junto ao Detran este veículo possui restrição judicial de transferência; alienação fiduciária para o agente BANCO BRADESCO S/A; veículo possui débito de IPVA, multa e licenciamento.

OBSERVAÇÃO: Este levantamento foi realizado no dia 30/03/2026. O interessado deverá verificar a existência de novos ônus após esta data.

FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATACÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista conforme determinação judicial. O pagamento deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem do M.M Juiz, Dr. Damiao Alexandre Tavares Oliveira, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 ; JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão. A Leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário. 2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. 3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. Na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, ; Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no ;caput; deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.; 5º) Poderá a Leiloeira inhabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial. 6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances. 7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter ;AD-CORPUS; , sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização. 8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que

antecederam o leilão. 9º) Nos termos do CPC, art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br. 10º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 11º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem. 12º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC. 13º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada *„perturbação“* ao leilão. 14º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Eu, Joelma Gisele de Sousa Prado, Oficiala Judiciária, que transcrevi, conforme consta do id nº 10654604989, por ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Damião Alexandre Tavares Oliveira. Pouso Alegre, 06 de abril de 2026.